

# **COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E MEMÓRIA POLÍTICA: preservação e apagamento de informações oficiais nos sites das capitais <sup>1</sup>**

## **GOVERNMENT COMMUNICATION AND POLITICAL MEMORY: preservation and deletion of official information on capitals websites**

Ana Javes LUZ <sup>2</sup>  
Maria Helena WEBER <sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho apresenta um diagnóstico da preservação dos Sistemas de Comunicação Governamental nos sites oficiais das capitais brasileiras, referente ao período entre os anos de 2009 e 2016, a fim de analisar a importância da preservação e da garantia de acesso público a essas informações para a constituição da memória coletiva, social e política das cidades governadas. Utilizando a pesquisa documental e ancorada no conceitos que norteiam a comunicação pública, comunicação governamental, democracia digital e memória, analisa também em que medida os contextos políticos das sucessões municipais influenciam nos cenários de preservação e apagamento identificados nos sites oficiais.

**Palavras-Chave:** Comunicação Pública; Comunicação Governamental; Memória.

**Abstract:** This paper presents a diagnosis of the Government Communication Systems preservation on the official websites of Brazilian capitals, between 2009 and 2016, to analyze the importance of preserving and guaranteeing public access to this information for the constitution of the collective, social and political memory of the governed cities. Using documentary research and based in concepts that guides public communication, government communication, digital democracy and memory, it also analyzes the influence of political contexts of municipal successions in the preservation and deletion scenarios identified.

**Keywords:** Public Communication; Government Communication; Memory.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS), Jornalista, anajaves@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora do PPGCOM/UFRGS, Pesquisadora1 do CNPq, maria.weber@ufrgs.br.

*As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.*

**Ítalo Calvino**  
As cidades invisíveis

## 1. Introdução

Nas democracias, os governos devem promover a transparência de seus atos, através da prestação de contas continuada e do estreitamento das relações entre Estado e sociedade. Trata-se, nas palavras de Bobbio (1986), do caráter público dos governos, que permite aos governados acompanhar os governantes, qualificando os regimes democráticos.

Governos disputam credibilidade a partir da transparência e da visibilidade estratégica das suas ações, em busca da imagem pública adequada. Para tanto, a democracia contemporânea mantém estruturas oficiais de comunicação, empenhadas na produção de informações jornalísticas e institucionais, de propaganda e ações estratégicas, na manutenção de mídias próprias e na ocupação de espaços em mídias públicas e privadas. Os governos são os maiores produtores e consumidores de dados e informações do mundo contemporâneo<sup>4</sup>. São informações de caráter público que, além de prestarem contas e de colaborarem para o debate público, constituem importante fonte de conhecimento e pesquisa.

Visibilidade e credibilidade são processos construídos através da comunicação governamental, aqui submetida à perspectiva da comunicação pública na medida em que temas de interesse público podem ser acionados para promover o debate público. A comunicação de Estado é a comunicação pública exigida nas democracias (WEBER, 2011).

É nessa configuração que este artigo se situa, com o propósito de discutir a importância da preservação das informações produzidas pelos governos através de sua comunicação oficial e disponibilizadas em seus sites. Para isso, apresenta os principais resultados da pesquisa<sup>5</sup> que estudou a relação entre a preservação ou o apagamento da comunicação governamental das capitais brasileiras e a constituição da memória dessas cidades e de seus cidadãos. Propõe problematizar em que medida o apagamento ou a

---

<sup>4</sup> Conforme dados da OASIS - *Organization for the Advancement of Structured Information Standards* –, entidade sem fins lucrativos que desenvolve padrões universais para serviços web e que reúne, entre seus membros, mais de 65 países de diversos continentes. Disponível em <[www.oasis-open.org](http://www.oasis-open.org)>

<sup>5</sup> Dissertação de mestrado intitulada “COMUNICAÇÃO PÚBLICA E MEMÓRIA DAS CIDADES: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Atualmente, a pesquisa tem continuidade durante os estudos de doutorado, no mesmo Programa.

dificuldade de acesso a esses dados pode comprometer a memória coletiva, social e política dos lugares governados.

Ao longo das últimas décadas, o espaço privilegiado para publicação, armazenamento e difusão de informações públicas são os sites oficiais, transformados em espaços privilegiados de comunicação com a sociedade na medida em que, oficialmente, disponibilizam informações, publicitam suas ações e permitem a aferição de sua credibilidade. Também são espaços onde os governos cumprem os princípios da *accountability* e registram a memória das suas políticas, do território governado e dos cidadãos atingidos. Os produtos de comunicação são, cada vez mais, produzidos e acessados em formato digital e o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permite que grandes quantidades de dados sejam armazenadas, processadas e disponibilizadas, a custos mais baixos e com tecnologias acessíveis, através da internet. Além disso, segundo a *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016*<sup>6</sup>, 26% dos brasileiros apontam a internet como o meio de comunicação que mais utilizam para se informar sobre “o que acontece no Brasil”, precedido apenas pela televisão (63%) e ultrapassando o rádio (7%).

Esta pesquisa está localizada, portanto, no campo da comunicação pública, com a especificidade institucional da comunicação governamental, e aciona conceitos sobre cidade, memória e democracia digital para sustentar as análises propostas. Para Weber (2011), é a vinculação ao interesse público que norteia o entendimento sobre a comunicação pública, e a observação de suas práticas na administração pública permite caracterizar a comunicação governamental. Esses conceitos dialogam de maneira intrínseca, permitindo afirmar que a comunicação pública é a categoria necessária à análise das ações comunicativas do estado democrático (WEBER, 2011). Ao lado dessa premissa, agregam-se os estudos da democracia digital, cidade e memória a fim de evidenciar a importância da preservação desses acervos de comunicação nos sites oficiais para a constituição de uma memória plural e política sobre os governos, as cidades governadas e seus cidadãos.

## **2. Cidade e memória na comunicação governamental**

A cidade é o espaço público privilegiado das democracias (WEBER, 2007), devido à sua dimensão espacial que permite melhor observar as relações políticas e institucionais entre governos, mídia, instituições e sociedade civil. Ao compreender a comunicação dos governos

---

<sup>6</sup> *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira* (BRASIL, 2016).

municipais como fonte de informações sobre as cidades – e, por isso, relacionada à memória dos lugares governados – este trabalho referenda a importância da esfera municipal para essas relações. De acordo com Bobbio (1986):

O caráter público do governo de um município é mais direto, e é mais direto exatamente porque é maior a visibilidade dos administradores e das suas decisões. Ou, pelo menos, um dos argumentos de que sempre se serviram os defensores do governo local – o argumento da restrição e multiplicação dos centros de poder – foi a maior possibilidade oferecida ao cidadão de *colocar os próprios olhos nos negócios que lhe dizem respeito* e de deixar o mínimo de espaço ao poder invisível. (BOBBIO, 1986, p. 88, *grifo nosso*).

O papel esperado pelos dispositivos da comunicação governamental é dar transparência aos atos do governo, reforçando seu aspecto público e em defesa do interesse público. Delimitada politicamente pelo tempo de um mandato, a comunicação dos governos municipais fala da cidade a partir dos atos administrativos, das políticas públicas implementadas e da satisfação dos cidadãos – explicitadas em testemunhos de aprovação. Tudo isso será materializado na produção de imagens e notícias que constituirão arquivos oficiais da gestão.

A comunicação empreendida pelos governos municipais oferece, assim, textos sobre a cidade, sobre o governo e sobre os habitantes em uma determinada época. E ainda que essa comunicação seja necessariamente estratégica (WEBER, 2009; 2011), já que, para obter uma imagem pública favorável do governo, aciona preferencialmente os aspectos positivos da administração, ela é parte integrante – e legítima – dos sistemas democráticos. É o debate de temas de interesse público, no âmbito da esfera pública, que permite verificar a comunicação pública.

A relação entre a comunicação governamental e a memória se dá justamente nessa produção de informações e registros de um governo, porquanto é uma comunicação que tem como sujeito – prioritária e necessariamente – os locais governados. Halbwachs (2003), ao caracterizar os processos de formação da memória coletiva, enaltece aspectos como a centralidade das relações sociais e a sua localização no tempo presente. Para o autor, a constituição da memória se dá a partir da negociação entre membros de um grupo social, uma “comunidade afetiva”, que compartilha o passado no tempo atual. E esse é o caso das memórias dos habitantes de uma mesma cidade. Para Halbwachs (2003, p. 188-189), a memória está sempre inserida em um contexto espacial, além de ser influenciada por ele. Além disso, para garantir o acesso das gerações futuras a essa memória, é necessária a fixação do relato.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão [...] o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem. (HALBWACHS, 2003, p. 101).

O ato de registrar e salvaguardar fatos – em escritos, através da fixação de datas, da realização de comemorações ou até pela construção de monumentos – também remete ao conceito de “lugares de memória” (NORA, 1993). Nora defende que não há memória espontânea e, por isso, “que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, P. 13). Criam-se “lugares de memória” porque “não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 14).

É nesse sentido que entendemos os sites oficiais como lugares de memória dos governos e dos locais governados, pois armazenam notícias, fotos, vídeos e documentos que falam das administrações públicas, da política e das transformações sofridas pelas cidades e seus moradores. Como reforça Weber (2011, p. 112, grifo no original), essas estratégias de comunicação “dirigidas à construção e à manutenção da visibilidade implicam a criação de um acervo de informações que serve ao indivíduo e à sociedade e criam uma *memória* sobre projetos políticos, programas, ações e discursos”.

As questões implícitas neste trabalho são, portanto, da seguinte ordem: como os governos preservam as informações produzidas pelas suas instâncias oficiais de comunicação? Como garantem o acesso da sociedade a esses acervos? E quais as implicações para a memória coletiva, social e política dos lugares governados quando esses acervos não são preservados ou não estão mais disponíveis? São questões que remetem diretamente às noções de “dever de memória” (RICŒUR, 2003) e de “direito à informação” (CEPIK, 2000), ambas relacionadas à promoção do interesse público, princípio fundante das democracias.

### **3. Democracia digital e o acesso à informação**

A internet passou a compor a burocracia dos governos brasileiros a partir da década de 1990, quando foram criadas as primeiras páginas oficiais na web com vistas a ampliar a *accountability* e a transparência (POSSAMAI, 2014). Atualmente, os sites oficiais se modernizaram e abrigam informações que vão muito além das peças orçamentárias, decretos, leis ou diários oficiais disponibilizados no início. Hoje, esses espaços armazenam também

notícias, vídeos, fotos, áudios, publicações, agenda de eventos, serviços online, dentre outros que integram um vasto conteúdo sobre as administrações públicas e os locais governados.

Os estudos acerca da democracia digital<sup>7</sup> acompanharam o crescimento, as transformações e o amadurecimento desse ambiente, que já está bastante inserido no cotidiano da maioria das sociedades e dos governos democráticos contemporâneos. As principais questões levantadas nesses estudos são voltadas para a possibilidade de incremento da participação da sociedade civil nas discussões políticas e, em casos mais específicos, como o Estado e suas instituições fazem uso dessas tecnologias e da internet para aproximar governo e cidadãos. Para Maia (2008), a internet permite o aprimoramento da democracia representativa na medida em que os governos podem utilizá-la para aumentar o fluxo de informações, tornando as autoridades mais responsivas. “A aquisição de informação torna os indivíduos aptos a demandar transparência das instituições do governo e a exigir que representantes de outros poderes prestem contas de suas declarações e ações” (MAIA, 2008, p. 345-346).

Com o desenvolvimento das redes computacionais e da internet, o processo de produção, armazenamento, acesso e partilha de informações transformou, definitivamente, a maneira como governos lidam com os dados oficiais (PIMENTA; CANABARRO, 2014). Mas a questão precisa ir além das vantagens adquiridas com o desenvolvimento das tecnologias. Trata-se de discutir o direito de acesso a essas informações e o quanto esse direito é assegurado pelos governos. Cepik (2000) defende que o direito à informação oficial é um direito civil, político e social a um só tempo, e o acesso a essas informações deve ser garantido pelo Estado.

Um dos principais fundamentos da transparência dos atos governamentais é a garantia de acesso dos cidadãos às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelas diversas agências estatais. Por garantia, entende-se aqui não apenas o reconhecimento de uma prerrogativa, mas também o provimento de meios e condições para a efetivação desse acesso. As duas dimensões, na medida em que se realizam socialmente, conformam o chamado direito à informação. (CEPIK, 2000, p. 43).

No entanto, conforme alerta Cepik (2000), grande parte da literatura que trata do direito à informação, no Brasil e em outros países do mundo, tem foco voltado para os documentos administrativos, isto é, aqueles ditos de “natureza legal”, como contratos, editais,

---

<sup>7</sup> Conforme Gomes (2005, p. 217), a expressão “democracia digital” articula três palavras-chave: internet, esfera pública e democracia; e se refere, basicamente, às experiências que, fazendo uso da internet, estão voltadas para “a participação civil na condução dos negócios públicos”, com o objetivo de que essa participação se reflita na produção da decisão política.

peças orçamentárias, diários oficiais e similares. A legislação brasileira prevê, na Constituição Federal, bem como em leis específicas – como a Lei da Transparência (BRASIL, 2009) e a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) –, “a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 2014). Mas, quando se trata de informações de natureza distinta da dita “legal”, como as que são fruto das atividades profissionais vinculadas às estruturas da comunicação governamental – a saber: jornalismo; publicidade e propaganda; e relações públicas – não há, ainda, marco legal aprovado que assegure sua proteção e acesso público<sup>8</sup>.

Esse cenário aponta a urgência de debater o tema, já que os dados da pesquisa demonstraram que falta aos governos uma política pública de preservação dessas informações. Em muitos casos, o apagamento deliberado de informações é a prática dominante, aliada à dificuldade de acesso aos poucos dados preservados. Além disso, cabe ressaltar que, se a internet fomenta e barateia o armazenamento de grande quantidade de dados, ela facilita, igualmente, o descarte de informações. Destruir documentos digitais tornou-se muito mais simples e rápido se comparado aos documentos físicos.

#### **4. Investigação nos sites das capitais**

A escolha dos sites oficiais das capitais como *locus* para identificar a preservação ou apagamento da comunicação governamental foi ancorada em alguns fatores: primeiro, porque preserva a esfera municipal, a instância de governo mais próxima dos cidadãos; segundo, pelo entendimento de que, como sede do poder estadual, as capitais são cidades com capacidade maior de polarização social, tecnológica, econômica e política, sendo, em geral, mais desenvolvidas, permitindo inferir que esses governos dispõem de mais recursos para investir em sistemas próprios de comunicação; e, terceiro, porque atualmente todas as capitais brasileiras dispõem de sites próprios e hospedados em domínios oficiais (“.gov.br”), reforçando seu caráter público. Silva (2005) aponta:

---

<sup>8</sup> Há um projeto de lei federal sobre o assunto (PL 2.431/2015) atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL, originado a partir de artigo científico produzido durante esta pesquisa, prevê a caracterização de crime de responsabilidade para o gestor público que “autorizar, permitir ou negligenciar” a subtração de informações inseridas nos sites oficiais sob a sua responsabilidade, passando a serem “incumbidos da preservação e manutenção do conteúdo digital institucional” bem como de garantir “o acesso público e facilitado aos usuários”. A íntegra do projeto de lei e sua tramitação podem ser acessados em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594241>>

Nota-se, mundialmente, que uma parte significativa das experiências e projetos que tentam explorar a potencialidade política das TICs é pautada nas localidades municipais. Isto se dá porque a dimensão social das cidades serve como projeto-piloto, por se tratarem de unidades políticas mais concentradas geograficamente e que refletem, de modo mais imediato, as relações civis. (SILVA, 2005, p. 451).

O estudo identificou o estágio de preservação e de apagamento dos acervos da comunicação governamental a partir de pesquisa histórico-descritiva e de pesquisa documental realizadas nos sites oficiais das 27 capitais brasileiras, focando no período de 2009 a 2016 a fim de preservar o impacto das eleições. Como procedimento metodológico, adotou a navegação orientada para coleta de dados, permitindo identificar nos sites a presença ou ausência dos itens que compõem os Sistemas de Comunicação Governamental.

Os Sistemas foram tipificados a partir de pesquisas sobre estruturas de comunicação e de referências propostas pelos autores Duarte (2009; 2011); Borges e Weber (2010); Weber (2011); Weber e Coelho (2011); Luz (2014) e Luz e Carnielli (2015), com o objetivo de caracterizar as principais formas de comunicação adotadas por estados democráticos, especificamente, o governo brasileiro. Foram valorizadas áreas de estudo, dispositivos técnicos, práticas profissionais e produtos considerados indicadores de qualidade da comunicação governamental nas democracias contemporâneas, assim agrupados:

*a) Autonomia dos sistemas:*

- Estrutura de Comunicação
- Políticas de Comunicação

*b) Práticas Profissionais:*

- Jornalismo
- Relações Públicas
- Publicidade e Propaganda

*c) Mídias:*

- Mídias Públicas
- Acervos Multimídia

*d) Relacionamento Direto:*

- Redes Sociais Digitais
- Ouvidoria Eletrônica
- Fóruns de Participação Online
- Prestação de Contas

E a fim de verificar a relação entre os cenários de transição política entre governantes e a preservação ou apagamento dos acervos pesquisados, a coleta de dados abrangeu o período de dois mandatos consecutivos: o primeiro de 2009 a 2012 e o segundo entre 2013 e 2016. A exceção foi Brasília, que na condição de capital do país e do Distrito Federal (DF), tem eleições em períodos distintos. Nesse caso, foram analisados os mandatos entre 2011 e 2014 e o segundo iniciado em 2015 e ainda em curso. A coleta de dados nos sites foi encerrada em fevereiro de 2016.

Para a validação histórica, a pesquisa se valeu da ferramenta online *Wayback Machine*<sup>9</sup>, que trabalha com indexação automática de conteúdos e captura periódica de imagens (*snapshots*) de bilhões de endereços na internet, salvaguardando-os em seu banco de dados. O acesso a esse repositório permitiu comparar os sites nas versões atuais e aquelas mais antigas, ainda que não estivessem mais online. Com esse procedimento, foi possível identificar os níveis de apagamento e preservação de conteúdos publicados e livres para consulta pública, ou de conteúdos inacessíveis.

## 5. A memória política das capitais

A pesquisa diagnosticou o estágio de preservação ou de apagamento dos itens que integram os Sistemas de Comunicação Governamental das capitais brasileiras, reconhecidos a partir da identificação de informações, práticas e produtos de comunicação existentes nos sites oficiais dessas cidades. O Quadro 1, abaixo, consolida os resultados dessa coleta de dados, indicando a existência ou a inexistência de cada tipologia por capital.

---

<sup>9</sup> De acesso livre, a ferramenta integra o projeto *Internet Archive*, que visa oferecer a pesquisadores, historiadores, acadêmicos e público em geral acesso permanente a páginas de internet, mesmo aquelas que já não estão mais online. A captura de snapshots pela ferramenta não se dá todos os dias, nem em todo o conteúdo dos sites monitorados, mas a amostra se revelou significativa: todas as capitais brasileiras são monitoradas e os dados disponíveis se mostraram suficientes para os propósitos desta pesquisa. Disponível em: <[www.waybackmachine.org](http://www.waybackmachine.org)>.



*Autonomia dos Sistemas* – Os primeiros itens identificados se relacionam às Estruturas de Comunicação e Políticas de Comunicação. Esses itens, quando apresentados nos sites oficiais, indicam a importância da comunicação como estratégia de governo. No sentido inverso, não oferecer esse tipo de informação, mesmo fazendo uso de um elaborado sistema profissional e de suas potencialidades, é não reconhecer o direito da sociedade de compreender e fiscalizar essa dimensão da ação governamental.

No caso das Estruturas de Comunicação, essas foram identificadas nos sites de 22 capitais (81% das cidades analisadas). No entanto, em apenas duas (7,5%), Manaus e Porto Velho, foram encontradas informações sobre as estruturas dos sistemas de comunicação dos governos anteriores. Em Manaus, por exemplo, o site oficial apresenta nome e foto de todos os titulares da Secretaria Municipal de Comunicação (Semcom) desde a sua criação, em 1986.

O item Políticas de Comunicação agrega informações sobre normas, princípios, diretrizes e estratégias que regem a comunicação de cada governo. Elas permitem à sociedade reconhecer o papel de política pública na área da comunicação, favorecendo a compreensão e a apropriação do fazer comunicacional dos governos e facilitando o acompanhamento e fiscalização dos seus limites. Se as administrações municipais adotam princípios ou normas próprias para balizar sua comunicação oficial, estas deveriam ser de conhecimento público. No entanto, em apenas 15 dos 27 sites analisados foram identificadas Políticas de Comunicação. E dentre esses, apenas a cidade de Manaus apresenta uma política de comunicação em vigor desde a gestão anterior.

*Práticas Profissionais* – Sob esta classificação foram agrupados os itens relacionados ao Jornalismo; Relações Públicas; e Publicidade e Propaganda. É principalmente através desses fazeres institucionalizados que são elaboradas e amplificadas as políticas públicas de comunicação e o discurso oficial, promovendo a visibilidade dos governos e governantes. Nessa produção, as falas institucionais podem ser identificadas com clareza, pois é quando os governos falam de si, expondo e defendendo suas políticas e razões. Fica evidente, portanto, que a preservação desses produtos importa sobremaneira à memória política dos governos e das cidades administradas.

A análise dos sites comprovou que todos os governos utilizam essas atividades em sua comunicação institucional. Todos destacam, já nas páginas principais, os produtos decorrentes do Jornalismo, como notícias, sugestões de pauta, notas de esclarecimento, entre

outros instrumentos que visam registrar as ações diárias do governo, informar a sociedade e os meios de comunicação sobre a agenda governamental. O mesmo vale para as atividades decorrentes das Relações Públicas, com registros de inaugurações, festas públicas, recepções oficiais, posses, premiações, convites e notas oficiais. No entanto, quando se trata de verificar os índices de preservação e de apagamento dos itens relativos a essas atividades, os dados apontam que 9 capitais (representando 33% dos sites analisados) já não guardam nenhum conteúdo de Jornalismo ou Relações Públicas produzidos pelos governos anteriores. E, mesmo entre as 18 capitais que preservam algum conteúdo (67%), essa conservação pode ser parcial, isto é, mantendo apenas parte do acervo.

O outro item, Publicidade e Propaganda, agrega as mais sofisticadas práticas de comunicação governamental, como as grandes campanhas de utilidade pública ou institucionais, que exigem vultuosos investimentos e a contratação de agências especializadas. Utilizando a estética reconhecida da publicidade comercial, os governos organizam e consolidam seu discurso, apresentando as razões para as decisões e os posicionamentos políticos, publicizando em larga escala informações de interesse público. Verificamos, no entanto, um baixo percentual de disponibilização e preservação dessa atividade. Em apenas 12 (44%), das 27 capitais brasileiras, há registros de peças de campanhas publicitárias realizadas nos governos atuais. E apenas quatro cidades (equivalente a 15%) – Belo Horizonte, Cuiabá, São Paulo e Vitória – preservam algum conteúdo de campanhas realizadas por governos anteriores.

Outro aspecto importante no item Publicidade e Propaganda é que muitos governos passaram a fazer uso das redes sociais digitais para repositório desses conteúdos, utilizando o Youtube e o Facebook para armazenar vídeos; o Soundcloud para peças de áudio; Flickr para fotos; etc. É evidente que o uso das redes sociais permite ampliar o alcance dos discursos e estreitar o diálogo entre cidadãos e governos, especialmente porque muitas das suas funcionalidades básicas são gratuitas. No entanto, adotar esses espaços privados como único repositório de parte importante da comunicação oficial, além de dificultar o acesso às pessoas que deles não fazem uso, coloca em risco sua conservação pois, nessas plataformas, os governos não possuem qualquer controle sobre a permanência dos serviços, critérios de acesso ou conservação dos conteúdos.

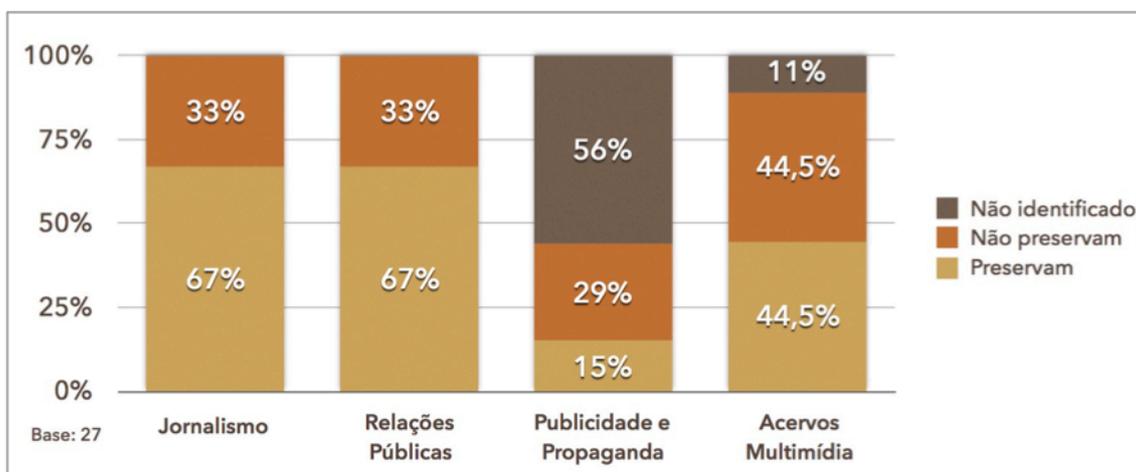
*Mídias* – Aqui estão agregados os itens Mídias Públicas e Acervos Multimídia. No caso das Mídias Públicas, que diz respeito às outorgas de radiodifusão sob a responsabilidade

do poder público, apenas 2 capitais detêm canais de rádio e televisão, representando 7% do universo pesquisado. São elas: João Pessoa (TV João Pessoa) e Teresina (FM Cultura). Ambos os canais estão vinculados às secretarias municipais de comunicação social. Nos sites das demais capitais brasileiras, não foram encontradas referências a canais de rádio ou televisão sob a responsabilidade dos governos municipais.

Quanto aos Acervos Multimídia, a pesquisa aponta que 24 sites analisados (89%) possuem pelo menos um tipo de peça multimídia armazenada em acervos digitais, seja em galerias de fotos, vídeos, áudios ou publicações. Desses, 12 (44%) preservam algum conteúdo produzido por governos já encerrados.

A importância dos Acervos Multimídia é que eles complementam os produtos de itens já abordados (Jornalismo; Relações Públicas; Publicidade e Propaganda), com vídeos institucionais, programas para WebTV ou Webrádio, pronunciamentos, coberturas fotográficas e publicações oficiais como livros, cartilhas e manuais. Assim como nos demais casos, também esses produtos falam de um determinado governo e da cidade governada naquele período. Importa para pesquisadores, imprensa e demais cidadãos a sua conservação e disponibilização, especialmente por se tratarem de espaços organizados que privilegiam a busca por conteúdos. Mas, também nesse item, em muitas cidades a maior parte dos produtos está disponível *exclusivamente* nas redes sociais digitais, utilizadas como mídia institucional e repositório. O Gráfico 1, abaixo, permite visualizar os percentuais de preservação e apagamento desses que são entendidos como os principais itens associados à visibilidade e amplificação dos discursos governamentais.

GRÁFICO 1 – Principais itens associados à visibilidade dos governos



Fonte: LUZ, 2016.

*Relacionamento Direto* – Esse item abrange as Redes Sociais Digitais, Ouvidorias Eletrônicas, Fóruns de Participação Online e Prestação de Contas. Cabe salientar que os perfis dos governos nas Redes Sociais Digitais não faziam parte, inicialmente, do *locus* definido para a pesquisa – restrito aos sites oficiais –, mas foram integrados à coleta de dados por haver, em 100% dos sites estudados, links sugerindo o acesso aos perfis oficiais nessas plataformas, administrados, em sua maioria, pelos Sistemas de Comunicação Governamental.

Quando se trata de observar a preservação de conteúdos publicados por governos já encerrados nas Redes Sociais Digitais, a pesquisa mostra que 21 (78%) das 27 capitais mantêm conteúdos de comunicação de gestões passadas em pelo menos uma das plataformas utilizadas. As outras 6 cidades restantes (22%) – Belém, Campo Grande, Macapá, Maceió, São Paulo e Teresina – mantinham apenas conteúdos produzidos pelo governo em curso até 2016.

É importante ressaltar que, no caso das Redes Sociais Digitais, desfazer-se de conteúdos anteriores pode não ser tarefa tão simples ou interessar ao governo seguinte. Para apagar os conteúdos antigos, é necessário dispor das informações de acesso (login e senha), que nem sempre são repassadas nos períodos de transição governamental. Assim, em muitos casos, o que se verificou foi o abandono dos perfis usados nas gestões passadas e a criação de novas contas, que passam a ser referenciadas pela comunicação atual. Mas, no caso de perfis já estabelecidos e com muitos seguidores – como Facebook ou Twitter –, desfazer-se das relações sociais construídas e começar do zero uma nova conta pode não ser interessante. Talvez por essa característica, Facebook e Twitter tenha sido os serviços onde mais se encontraram informações publicadas por governos passados.

Os dois itens seguintes de Relacionamento Direto – Ouvidoria Eletrônica e Fóruns de Participação Online – foram identificados quando disponíveis na versão digital, ou seja, quando seu uso é feito através dos sites oficiais. Cabe ressaltar que os dados disponíveis não permitiam inferir se o serviço de Ouvidoria Eletrônica já era oferecido desde o governo anterior, tendo sido classificado na tabela geral de diagnóstico dos Sistemas de Comunicação (Quadro 1) como “não se aplica”.

A busca para identificar o serviço de Ouvidorias Eletrônicas apontou que apenas 13 cidades (48%) ofereciam atendimento online. E, dentre as demais capitais, chamou a atenção o fato de Maceió, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, São Luís e Teresina não fazerem qualquer referência à existência do serviço, ainda que na versão presencial. O serviço de

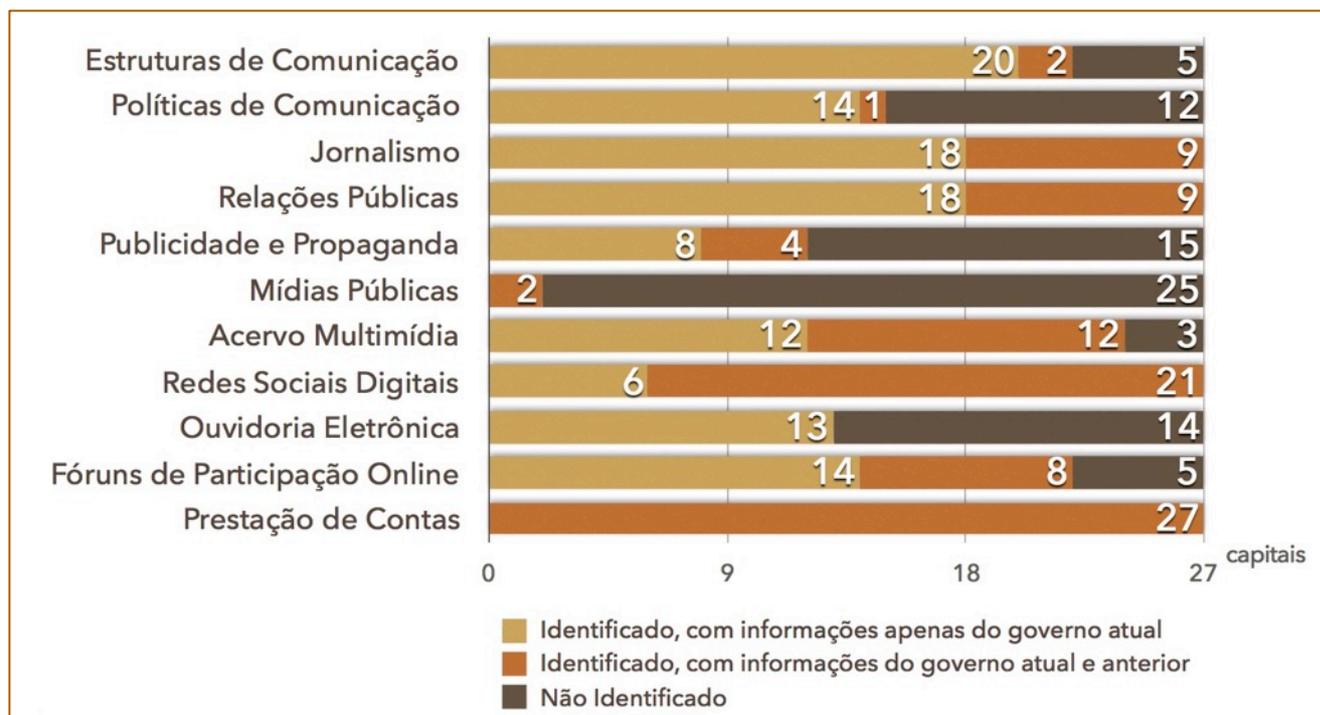
ouvidoria é um dos canais de comunicação mais antigos entre poder público e sociedade e, com a internet, os governos passaram a contar com a possibilidade de oferecer o serviço de forma mais acessível e barata. Chama a atenção, portanto, que mais da metade dos sites avaliados não destaque o serviço em suas páginas principais.

Quanto aos Fóruns de Participação Online, identificados através da realização de consultas públicas, enquetes, chats ao vivo, entre outros formatos que permitam ao governo dialogar com a população sobre temas de interesse público, foram encontrados em 22 capitais (81% dos sites). No entanto, em apenas 8 cidades (30%) havia referências a essas práticas em governos já encerrados. Isso significa a impossibilidade de acessar, em 70% dos sites, os resultados de consultas públicas realizadas por governos passados; as medidas adotadas após escuta da população ou mesmo a disponibilização dos registros – em vídeos ou texto – de chats virtuais realizados com gestores públicos.

Por fim, a pesquisa identificou a presença, em 100% dos sites, do item Prestação de Contas, que reúne conteúdos como relatórios de gestão, orçamentos anuais, execução orçamentária, planos plurianuais, contratos, etc., que permitem o acompanhamento direto da população das ações e procedimentos técnicos, legais e orçamentários sob a responsabilidade do governo. Cabe destacar que, desde a promulgação da Lei Complementar 131, conhecida como “Lei da Transparência” (BRASIL, 2009), todos os municípios brasileiros são obrigados a oferecer acesso público a essas informações em meios eletrônicos e em tempo real. O fato de todos os sites analisados disporem desses espaços – a maioria intitulada “Portal da Transparência” – com informações de governos atuais e anteriores, reforça a importância de existirem dispositivos legais que assegurem a preservação e a disponibilização de informações governamentais com acesso público, haja vista que o mesmo nível de preservação de conteúdos passados não foi visto nos demais itens analisados.

O Gráfico 2, abaixo, consolida por número de capitais a presença e a ausência dos 11 itens que compõem os Sistemas de Comunicação Governamental identificados nos sites oficiais. Nele, visualiza-se em quantos sites é assegurado o acesso a conteúdos produzidos pelos governos atuais e passados, em quantos esse conteúdo é inexistente e em quantos não foram identificados conteúdos de nenhum período de governo investigado.

GRÁFICO 2 – Identificação dos Sistemas de Comunicação Governamental nos sites das capitais brasileiras



Fonte: LUZ, 2016.

## 6. Transição política e disputas de poder

A pesquisa também buscou revelar se a sucessão de governos envolvendo grupos políticos aliados ou adversários durante a eleição poderia estar diretamente relacionada aos cenários de preservação ou apagamento identificados nos sites oficiais. A hipótese preliminar (derrotada) era de que, em cidades cuja sucessão governamental envolvia grupos opositores, haveria maiores chances dos novos governos apagarem ou dificultarem o acesso aos discursos produzidos pelo governo anterior. No sentido contrário, em sucessões cujos grupos políticos fossem aliados, os casos de apagamento ou impedimento de acesso à comunicação do antecessor seriam mais raros.

No Quadro 2, abaixo, são identificados os prefeitos e governadores (caso de Brasília), com seus respectivos partidos políticos e indicação de mudança partidária (quando houve), que administraram as capitais brasileiras nos períodos investigados.

QUADRO 2 – Capitais, governantes eleitos, partidos e períodos de análise

| CAPITAL             | PERÍODO 2011 a 2014<br>Governador eleito – Partido      | PERÍODO 2015 a 2018<br>Governador eleito – Partido |
|---------------------|---|--|
| Brasília (DF)       | Agnelo Queiroz – PT                                     | Rodrigo Rollemberg – PSB                           |
| CAPITAL             | PERÍODO 2009 a 2012<br>Prefeito eleito – Partido        | PERÍODO 2013 a 2016<br>Prefeito eleito – Partido   |
| Aracaju (SE)        | Edvaldo Nogueira – PCdoB                                | João Alves Filho – DEM                             |
| Belém (PA)          | Duciomar Costa – PTB                                    | Zenaldo Coutinho – PSDB                            |
| Belo Horizonte (MG) | <b>* Márcio Lacerda – PSB</b>                           | <b>Márcio Lacerda – PSB</b>                        |
| Boa Vista (RR)      | Iradilson Sampaio – PSB                                 | Teresa Surita – PMDB                               |
| Campo Grande (MS)   | Nelsinho Trad – PMDB                                    | Alcides Bernal – PP                                |
| Cuiabá (MT)         | ** Wilson Santos – PSDB /<br>Chico Galindo – PTB        | Mauro Mendes – PSB                                 |
| Curitiba (PR)       | ** Beto Richa – PSDB /<br>Luciano Ducci – PSB           | Gustavo Fruet – PDT                                |
| Florianópolis (SC)  | Dário Berger – PMDB                                     | Cesar Souza Júnior – PSD                           |
| Fortaleza (CE)      | Luizianne Lins – PT                                     | Roberto Cláudio – PSB →<br>PROS → PDT              |
| Goiânia (GO)        | *** Iris Rezende – PMDB /<br><b>Paulo Garcia – PT</b>   | <b>Paulo Garcia – PT</b>                           |
| João Pessoa (PB)    | ** Ricardo Coutinho – PSB /<br>Luciano Agra – PSB       | Luciano Cartaxo – PT → PSD                         |
| Macapá (AP)         | Roberto Góes – PDT                                      | Clécio Luís – PSOL → REDE                          |
| Maceió (AL)         | Cícero Almeida – PP → PEN                               | Rui Palmeira – PSDB                                |
| Manaus (AM)         | Amazonino Mendes – PTB → PDT                            | Arthur Virgílio – PSDB                             |
| Natal (RN)          | Micarla de Sousa – PV                                   | Carlos Eduardo – PDT                               |
| Palmas (TO)         | Raul Filho – PT   | Carlos Amastha – PP → PSB                          |
| Porto Alegre (RS)   | *** José Fogaça – PMDB /<br><b>José Fortunati – PDT</b> | <b>José Fortunati – PDT</b>                        |
| Porto Velho (RO)    | Roberto Sobrinho – PT                                   | Mauro Nazif – PSB                                  |
| Recife (PE)         | João da Costa – PT                                      | Geraldo Júlio – PSB                                |
| Rio Branco (AC)     | Raimundo Angelim – PT                                   | Marcus Alexandre – PT                              |
| Rio de Janeiro (RJ) | <b>* Eduardo Paes – PMDB</b>                            | <b>Eduardo Paes – PMDB</b>                         |
| Salvador (BA)       | João Henrique – PMDB → PP                               | ACM Neto – DEM                                     |
| São Luís (MA)       | João Castelo – PSDB                                     | Edivaldo Júnior – PTC → PDT                        |
| São Paulo (SP)      | Gilberto Kassab – DEM → PSD                             | Fernando Haddad – PT                               |
| Teresina (PI)       | ** Silvio Mendes – PSDB /<br>Elmano Férrer – PTB        | Firmino Filho – PSDB                               |
| Vitória (ES)        | João Coser – PT   | Luciano Rezende – PPS                              |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do TSE ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)) e de portais de notícias.

\* Prefeito reeleito.

\*\* Renunciou em 2010 para concorrer ao governo do Estado, assumindo o vice, que governou de 2010 a 2012.

\*\*\* Renunciou em 2010 para concorrer ao governo do Estado, assumindo o vice, que governou de 2010 a 2012; concorreu à reeleição e foi reconduzido ao cargo.

Quando realizamos o cruzamento dos dados de filiação partidária contidas no Quadro 2, com a pesquisa histórica que resgatou as alianças político-eleitorais da sucessão dos governos estudados e os cenários de preservação e apagamento consolidados no Quadro 1, verificamos que o contexto político-eleitoral não é suficiente para inferir as razões pelas quais determinados governos preservam em seus sites conteúdos produzidos por gestões passadas e outros suprimem essas informações. A pesquisa identificou preservação de conteúdos

passados em governos cuja sucessão envolveu grupos opositores; bem como governos que sucederam grupos aliados e ainda assim apagaram as informações dos antecessores.

Há os casos de reeleição de governantes, como verificados nas cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro (o prefeito eleito em 2008 foi reeleito em 2012). Nos sites dessas três capitais, os acervos da comunicação do primeiro mandato estavam preservados durante o segundo. No entanto, no site da cidade de Goiânia, capital que também reelegeram o prefeito em 2012, não foram encontrados os produtos da comunicação empreendida no primeiro mandato – entre 2009 e 2012.

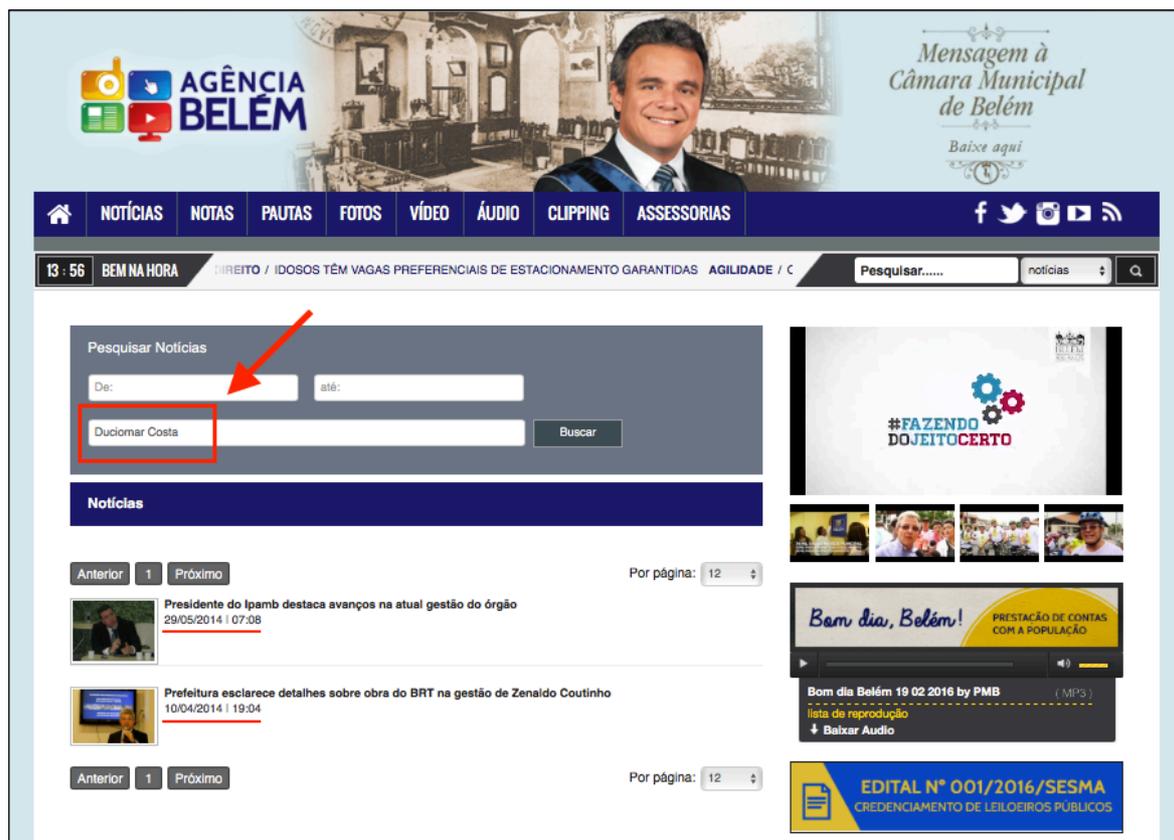
Outros casos mostram a sucessão de prefeitos pertencentes a grupos aliados que, ainda assim, promoveram o apagamento ou supressão de informações produzidas pelos antecessores. É o caso de Teresina, capital que elegeu, por dois mandatos consecutivos, um prefeito filiado ao mesmo partido, o PSDB, mas só possui registros da comunicação do governo entre 2012 e 2016. Em cenário oposto, isto é, em cidades onde houve sucessão de grupos políticos opositores, como Aracaju (prefeito anterior filiado ao PCdoB e o sucessor ao DEM); Brasília (governador anterior filiado ao PT e o sucessor ao PSB) e São Paulo (prefeito anterior filiado ao PSD e sucessor ao PT), foi constatada a preservação de informações.

Cabe destacar ainda o caso singular da capital Macapá, cujo site oficial preservava apenas as notícias do ano corrente, não sendo possível acessar aquelas de anos anteriores, ainda que referentes ao mesmo governo. Ou seja, os conteúdos mais antigos produzidos pelo governo em curso (entre 2013 e 2015) já não estavam disponíveis na última coleta de dados, realizada em fevereiro de 2016. O site da cidade de Macapá, aliás, era o que menos dispunha de produtos da comunicação governamental. Excetuando-se as notícias e o hotsite de uma campanha institucional, não havia apresentação ou página do setor responsável pela comunicação; repositórios de arquivos multimídia; ouvidoria ou fóruns de participação, por exemplo.

Não obstante o contexto político resultar em cenários tão díspares, essa dimensão não pode ser completamente descartada como lente de análise. Além de revelar que a negligência em relação a esses acervos é uma prática que perpassa diferentes administrações de variados espectros políticos, a pesquisa também identificou casos em que disputas de poder entre grupos políticos rivais podem levar a uma tentativa de manipulação da memória, através da oferta de apenas um ponto de vista sobre as ações de governos anteriores.

É o caso de Belém, onde houve troca de grupos políticos no comando da cidade no período analisado: o prefeito até 2012, Duciomar Costa (PTB) foi sucedido por Zenaldo Coutinho (PSDB), que assumiu em 2013. Ao buscar no site as notícias produzidas pelo governo anterior, as duas únicas referências ao ex-prefeito Costa foram produzidas na gestão seguinte, de Coutinho (FIG. 1), na qual medidas adotadas na antiga gestão são questionadas.

FIGURA 1 – Site da prefeitura de Belém – Seção de notícias



Fonte: <http://www.agenciabelem.com.br/noticias>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Uma das notícias, publicada pelo novo governo em 10/04/2014, intitulada *Prefeitura esclarece detalhes sobre obra do BRT na gestão de Zenaldo Coutinho*, inicia mencionando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que “apura possíveis irregularidades no projeto Bus Rapid Transit (BRT), durante a gestão do ex-prefeito de Belém, Duciomar Costa”. Na notícia, o então secretário de urbanismo, Adinaldo Oliveira, afirma “foi feita uma análise de tudo que havia sido executado e constatou-se algumas falhas, tanto de projetos, como da qualidade da obra apresentada”<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> A notícia, que aparecia como resultado da busca no site durante a coleta de dados da pesquisa (fevereiro de 2016), já não é mais referenciada quando buscada um ano depois, em fevereiro de 2017.

Outro caso similar foi encontrado no site da cidade de Fortaleza. A sucessão municipal na cidade envolveu grupos políticos rivais: a ex-prefeita Luizianne Lins (PT), não conseguiu eleger o candidato indicado pelo seu partido para sucedê-la. O candidato eleito foi Roberto Cláudio, eleito pelo PSB, posteriormente filiado ao PROS e, depois, ao PDT. No site da capital, os conteúdos da antiga gestão foram apagados e a única menção à ex-prefeita é uma notícia produzida no início do novo governo em que, assim como no caso de Belém, questiona medidas da ex-gestora (FIG. 2).

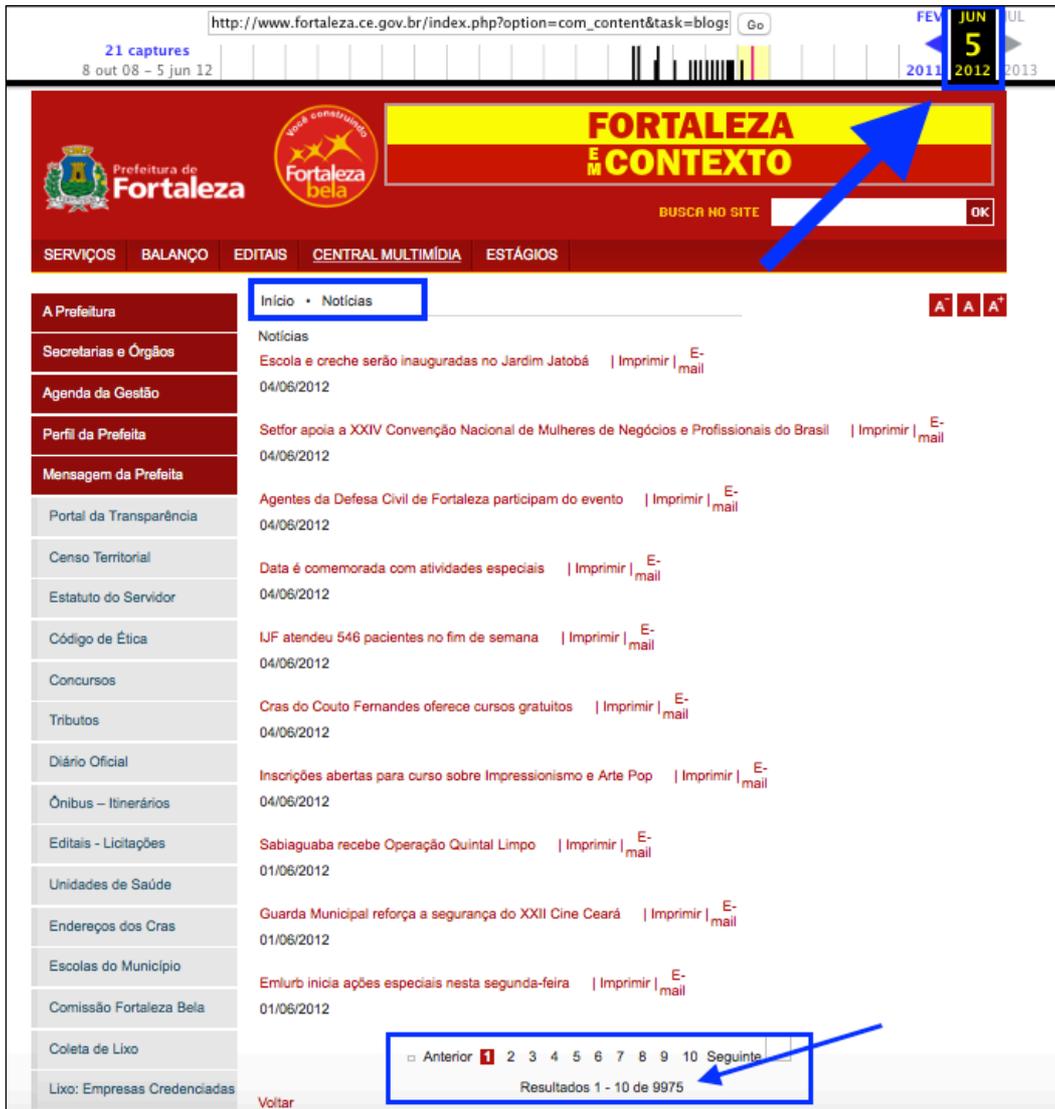
FIGURA 2 – Site da prefeitura de Fortaleza – Seção de notícias



Fonte: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/multimidia>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Na notícia, publicada em 08 de janeiro de 2013 e intitulada *PGM ingressa com ação para tentar manter preço da passagem*, afirma-se que o novo prefeito “fará tudo que estiver a seu alcance para que o trabalhador não pague pela decisão equivocada da antiga gestão” e que Roberto Cláudio “lamenta a decisão da ex-prefeita Luizianne Lins, de ter assinado o decreto reajustando o valor da passagem nos últimos dias da gestão”. Nenhuma outra notícia do governo já encerrado é disponibilizado no site oficial apesar de, quando utilizada a ferramenta *Wayback Machine*, ser possível verificar que o site da cidade possuía quase dez mil notícias em junho de 2012 (FIG. 3).

FIGURA 3 – Site da prefeitura de Fortaleza – Seção de notícias



Fonte: <http://waybackmachine.org>. Acesso em: 21 fev. 2016.

A cidade de Maceió está igualmente localizada em contexto de sucessão entre opositores: o ex-prefeito Cícero Almeida, eleito pelo PP em 2012, apoiou o adversário do candidato que terminou por vencer a eleição, Rui Palmeira (PSDB). Ao buscar conteúdos que fizessem menção ao ex-prefeito Almeida, os resultados foram quatro notícias produzidas na gestão seguinte (FIG. 4): 3 nas quais o ex-governante é criticado e uma em que é citado na condição de deputado federal, cargo para o qual foi eleito posteriormente.

FIGURA 4 – Site da prefeitura de Maceió – Seção de notícias

Fonte: <http://www.maceio.al.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Uma das notícias, publicada em 13 de fevereiro de 2013 e intitulada *Prefeito Rui Palmeira apresenta situação do município em coletiva*, afirma que dados parciais levantados pela nova gestão apontam uma dívida “deixada pela gestão do ex-prefeito Cícero Almeida, que colocou áreas essenciais para o desenvolvimento humano, como a saúde e educação, em situação precária”.

É importante ressaltar que, ao evidenciar esses casos, não se defende aqui que os novos governantes não possam fazer referência ou produzir novos conteúdos de comunicação que remetam à administração anterior. Isso faz parte dos processos de gestão e também do jogo político inerente aos governos. O que se procura problematizar é que, quando um governo suprime os produtos de comunicação produzidos nas gestões anteriores, ele impede o acesso da sociedade, da mídia e de pesquisadores, por exemplo, aos discursos, registros

oficiais e razões políticas que levaram a adoção de determinadas medidas. Por outro lado, se mantidos disponíveis esses acervos, é possível a comparação de versões.

Cabe ressaltar ainda que a análise detalhada realizada pela pesquisa mostrou que mesmo em sites onde foram identificados conteúdos de gestões passadas houve apagamento parcial, pois nem tudo está preservado – constatação possível com o resgate de versões antigas dos sites através da *Wayback Machine* e comparação com os atuais. Os sites das cidades de Belo Horizonte, Cuiabá, São Paulo e Vitória, por exemplo, mesmo preservando produtos nas áreas de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, não conservam todos os conteúdos deixados por gestões passadas. Em Belo Horizonte, enquanto as notícias retrocedem a 2005, as campanhas publicitárias mais antigas datam de 2009; em Cuiabá, as notícias mais antigas são de 2009 e há um único vídeo publicitário da gestão passada, datado de 2012; em São Paulo, enquanto as notícias retrocedem a 2004, a publicidade mais antiga data de 2010 e, em Vitória, capital cujo site é o que possui maior incidência de conteúdos da gestão passada (Quadro 2), as notícias são preservadas desde 2009; os vídeos, desde 2010; e as fotos, desde 2014.

É sabido que diferentes produtos exigem diferentes tecnologias de armazenamento e acesso, bem como ocupam mais ou menos espaço nos servidores, de acordo com suas características. Enquanto as notícias são conteúdos mais leves e simples de preservar, as campanhas publicitárias, especialmente peças como comerciais de TV e rádio, além de ocuparem mais espaço, exigem softwares específicos para sua leitura. Mas esses aspectos não devem ser impeditivos para a conservação desses materiais, pois as soluções estão cada vez mais baratas e acessíveis, além do investimento necessário para o desenvolvimento dos sites com ferramentas de processamento e leitura ser compensado pelo baixo custo de manutenção.

## **7. Considerações finais**

A comunicação governamental é uma das principais fontes de informação sobre os governos democráticos e os locais governados. Ao lado dos registros da imprensa, os conteúdos produzidos pelos Sistemas de Comunicação Governamental permitem acesso à fala oficial e às informações chanceladas pelo Estado.

Prevista na Constituição Brasileira como um direito, a comunicação oficial deve ser regida pelo princípio da democratização do acesso às informações, do pluralismo, da multiplicidade das fontes de informação e da visão pedagógica da comunicação dos órgãos e

entidades públicas (BRASIL, 2014). Deve ser também compreendida como patrimônio público, pois envolve investimento de recursos públicos para sua execução.

É com esse entendimento que este trabalho apresentou o estágio de preservação dos Sistemas de Comunicação Governamental das capitais brasileiras nos sites oficiais a fim de evidenciar como a supressão ou a dificuldade de acesso a essas informações de interesse público comprometem a constituição de uma memória coletiva, social e política das cidades governadas. Os sites oficiais, como principal repositório dos produtos de comunicação dos governos contemporâneos, têm sido afetados pela ação deliberada ou, no mínimo, pela negligência de governantes que, indo de encontro ao interesse público, tornam inacessíveis informações produzidas por governos já encerrados.

Isso compromete diretamente a memória das cidades governadas. A comunicação governamental oferece informações sobre a cidade na produção de documentos de natureza legal e na propagação de discursos que tratam da política e da administração urbana. Informações que, unidas aos demais discursos circulantes, formam um conjunto ao qual os cidadãos devem ter o direito de acessar, posto que a memória é formada pela negociação entre lembranças individuais e coletivas, inseridas em um contexto histórico e espacial. Falar em memória da cidade é, portanto, também falar em direito à informação sobre os vários tempos da cidade.

O debate sobre que tipo de informações ou documentos produzidos pelo Estado merecem proteção contra apagamento ou destruição mostra-se, assim, extremamente atual. Apesar do avanço que a legislação brasileira apresentou nas últimas décadas, percebe-se que a discussão ainda está dominada pela preservação e acesso a documentos de natureza “legal”, como contratos, peças orçamentárias, diários oficiais, etc. No entanto, pela natureza das atividades da comunicação governamental, seus sujeitos e temas abordados, resta evidente que os produtos daí derivados são informações de interesse público e que sua preservação está diretamente relacionada à possibilidade de uma memória plural. Afinal, quais as consequências para as pesquisas acadêmicas caso não haja acesso à comunicação produzida por determinado governo e que, para reconstituir um período administrativo, sejam obrigadas a recorrer exclusivamente aos registros disponíveis na imprensa?

Essa já é uma realidade em pelo menos 30% das capitais brasileiras, nas quais os sites oficiais não disponibilizam acesso a nenhum conteúdo de jornalismo, relações públicas ou publicidade e propaganda que tenha sido produzido por gestões encerradas. Nesses locais, até

o trabalho da imprensa está comprometido, na medida em que os sites oficiais também são fonte de informação para o jornalismo.

O diagnóstico apresentado pela pesquisa alerta para uma situação que merece continuar a ser acompanhada e debatida. Em janeiro deste ano, novos mandatos administrativos tiveram início na quase totalidade dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros. Novamente, a decisão de manter ou excluir informações existentes nos sites oficiais fica a cargo do prefeito(a) ou da sua equipe, despertando a preocupação de que a situação apresentada neste trabalho possa ser agravada com a perda novos dados. Isso sem mencionar os sites oficiais de governos estaduais, governo federal, poderes legislativo e judiciário – que padecem da mesma falta de proteção legal.

A comunicação pública é qualificadora da democracia. Sua prática oferece informações necessárias ao debate público, incrementa os mecanismos de participação social e favorece o acompanhamento dos governos por parte da sociedade. Ela gera informações de inegável interesse público, que são produzidas a partir do investimento de recursos públicos e estão sob a guarda do Estado. Como tal, deve ser preservada e ter seu acesso público assegurado e facilitado em respeito ao direito constitucional de uma comunicação social plural e pedagógica e do direito à memória dos lugares governados e dos seus cidadãos.

## Referências

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, Tiago Gautier Ferreira; WEBER, Maria Helena. Mapeamento da Comunicação Pública dos Três Poderes do Estado Brasileiro. **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM 2010**, 33, Caxias do Sul, 2010. Anais. [S.l.] Intercom, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view> Acessada em 12.fev.2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil; Presidência da República, 2014a. Disponível em: <<http://bit.ly/1dFiRrW>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 131**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portal da Legislação, Brasília, 2009. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 12.527**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.

50, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, 2011. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)> Acesso em: 5 maio 2015.

CEPIK, Marco. Direito à Informação: situação legal e desafios. **Informática Pública**, vol. 2, Issue 2, p. 43-56, 2000.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

\_\_\_\_\_. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-71.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214 a 222, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. (nova tradução), 7. reimpressão. São Paulo: Centauro, 2003.

LUZ, Ana Javes; CARNIELLI, F. Z. O imperativo da comunicação pública em duas instituições da democracia: Prefeitura Municipal e Defensoria Pública. **CONGRESSO DA COMPOLÍTICA**, 6, Rio de Janeiro, 2015. Anais. Rio de Janeiro: Compolítica, 2015.

\_\_\_\_\_. **COMUNICAÇÃO PÚBLICA E MEMÓRIA DAS CIDADES: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Governamental – Entre a Comunicação Pública e a Política: A Experiência da Prefeitura Municipal de Fortaleza**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, , 37, São Paulo, 2014. São Paulo: Intercom, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

NORA, Pierre. Entre história e memória, a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, São Paulo, n. 10, p. 37-44, 1993.

PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael. Democracia e capacidade estatal na era digital. In: PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael (Orgs.). **Governança Digital**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

POSSAMAI, Ana Júlia. Governo eletrônico: uma análise institucional. In: PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael (Orgs.). **Governança Digital**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

RICŒUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Disponível em: <[www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia)>. Acesso em: 16 jun. 2015. (Conferência internacional proferida na cidade de Budapeste, em 8 mar. 2003).

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, n. 2, p. 450-468, out. 2005.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene et al. (Orgs.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

\_\_\_\_\_. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida

(Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

\_\_\_\_\_. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **ECO-Pós**, v. 12, n. 3, p.11-26, set.-dez., 2009.

\_\_\_\_\_. A Cidade traída: recortes da mídia, do governo e da academia. In: MÉDOLA, A. S. L. D; ARAUJO, D. C.; BRUNO, F. (Orgs). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007. (Livro da XV COMPÓS).